

Brasília, 11 de maio de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Sexta-feira, 08 de maio de 2026 Marco regulatório INPI	
INPI 2026: Inteligência artificial acelera registro de marcas no país	3
Sexta-feira, 08 de maio de 2026 Marco regulatório INPI	
MIGALHAS nº 6.344	5
Sexta-feira, 08 de maio de 2026 Propriedade Industrial	
99Food indenizará iFood em R\$ 50 mil por publicidade depreciativa	13

G1 - Globo

Sexta-feira, 08 de maio de 2026 Propriedade Intelectual	
'Tensão' sobre tarifas e surpresa em terras raras: os bastidores da reunião entre L... ..	15

INPI 2026: Inteligência artificial acelera registro de marcas no país



O cenário da **propriedade industrial** no Brasil entra em uma nova fase com o ambicioso Plano de Ação 2026 do **INPI**. O foco central é claro: A implementação de inteligência artificial para otimizar fluxos e responder ao volume recorde de depósitos. Esta modernização tecnológica é o passo que faltava para que o histórico "gargalo" da análise técnica dê lugar a um sistema dinâmico e seguro para o empresariado.

A principal aposta do órgão para o ciclo atual é o uso de ferramentas automatizadas na busca e exame de marcas e desenhos industriais. Essa mudança é essencial para acompanhar a velocidade do mercado. O planejamento de 2026 foca em indicadores de desempenho, onde a IA atua filtrando e agilizando processos que antes demandavam tempo humano excessivo. Para o empreendedor, essa agilidade se traduz em expandir negócios com ativos protegidos em tempo recorde.

Valorização regional e proteção de ativos

Além da tecnologia, o plano reforça a interiorização da **propriedade intelectual** e o fortalecimento das IGs - Indicações Geográficas. O objetivo é que a proteção chegue com força às regiões produtoras de todo o país, transformando o registro em uma ferramenta de valorização regional, e não apenas em uma etapa burocrática.

Vimos no Carnaval deste ano um exemplo prático: Blocos, marcas de moda e design autoral movimentando milhões, mas que negligenciam muitas vezes a blindagem desse patrimônio contra a pirataria. O novo **INPI** surge como um aliado para evitar a reprodução indevida desses ativos.

O equilíbrio entre celeridade e segurança



Vanessa Albuquerque Vanessa Albuquerque

Embora a rapidez seja a meta, a qualidade do exame não pode ser negligenciada. A IA deve servir de suporte ao examinador para garantir que marcas semelhantes não sejam aprovadas por erro de sistema, o que geraria insegurança jurídica. Para quem deseja se posicionar à frente neste ciclo, três pontos são fundamentais

Prioridade tecnológica: Protocolar pedidos cedo garante vantagem nas novas filas de exame automatizado

Foco no design: O Plano 2026 prevê atenção especial aos desenhos industriais.

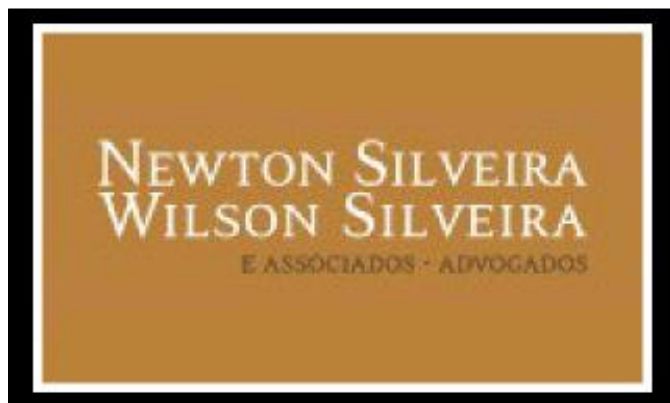
Monitoramento dobrado: Com a velocidade das aprovações, é preciso monitorar marcas de terceiros de forma ativa para evitar conflitos.

O Plano de Ação 2026 é, em última análise, um convite à profissionalização. O empresário que entender essa aceleração tecnológica terá uma vanta-

gem competitiva enorme para proteger seu território no mercado.

Vanessa Albuquerque Conciliadora do TJ-SP, especialista em **Propriedade Intelectual**, diretora e CEO da Cone Sul Marcas e Patentes, sócia da Montañés Albuquerque Advogados e conselheira fiscal da AnaMid.

MIGALHAS nº 6.344



Newton Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados
Silveira, Wilson Silveira e Associados - Advogados



Neto Cavalcante Sociedade de Advogados NFA - Negrão Ferrari
Advogados

Sexta-Feira, 8 de maio de 2026 - Migalhas nº 6.344.

Fechamento às 07h45.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Apoiador:

LRB - Barroso & Osorio Soluções Jurídicas

()

"Pessoas e casas devem ser habitáveis."

Paulo Bomfim

Além do lar

STF discute se a lei Maria da Penha pode alcançar mulheres vítimas de violência de gênero mesmo fora de relações domésticas, familiares ou afetivas.

()

"Cadê meu celular? Eu vou ligar 180..."

A voz de Elza Soares ecoou no plenário do STF. Durante sustentação oral, promotora de Justiça citou "Maria da Vila Matilde" para lembrar que proteção à mulher não é revanche: "é sobrevivência". ()

Plenário feminino

A sessão ontem do STF também teve um marco simbólico. Todas as sustentações orais foram feitas por mulheres - fato inédito, segundo ministra Cármen Lúcia, em quase 20 anos de STF. A pauta, observou S. Exa., tratava "das feridas e do sofrimento". ()

Petróleo em disputa

Depois de 13 anos na antessala do plenário, a lei dos royalties voltou à pauta do STF, mas voltou a parar. Relatora, ministra Cármen Lúcia votou contra a ampliação da fatia de Estados e municípios não produtores na divisão das receitas do petróleo. Em seguida, ministro Flávio Dino pediu vista. ()

Ausência feminina

Durante a sessão, ministro Toffoli lembrou que ontem Cármen Lúcia presidiu, pela última vez, uma sessão do TSE. A ministra, então, ouviu dos colegas uma conta simbólica: se uma mulher for indicada hoje ao STF, ela levará 18 anos para chegar ao comando da Corte Eleitoral. ()

Elas pagam a conta

Em artigo no portal Migalhas, as advogadas Déborah Cristina Gomes Tonucci, Gabryella Cardoso da Silva, Mônica Sapucaia Machado e

Monique Sochaczewski Goldfeld analisam como as mulheres sustentam, em grande medida, o financiamento da educação superior privada no Brasil, mas seguem sub-representadas nos espaços de poder e decisão acadêmica. O texto aponta a contradição entre o protagonismo feminino nas matrículas e no custeio da formação universitária e a persistente invisibilidade institucional enfrentada por elas. ()

Prioridade materna

No STJ, ministro Moura Ribeiro concedeu preferência de julgamento a uma advogada lactante: "Uma das advogadas que está aqui para fazer a sustentação oral nesse conflito de competência de Minas Gerais (...) é lactante e, até em homenagem a ela, em homenagem ao Dia das Mães, estou chamando como preferência." ()

Minuto Migalhas

Entre elefantes azuis e ministros vermelhos, Minuto Migalhas desta semana mostra que o Judiciário brasileiro segue entregando bons roteiros. Assista ao resumo. ()



Nilo & Almeida Advogados Associados Nilo & Almeida Advogados Associados

Migalha da história

Em 9 de dezembro de 2002, no incipiente informativo 578, este nosso vibrante matutino anunciava a chegada de um novo apoiador: "Luís Roberto Barroso & Associados". Ali não nascia apenas um vínculo contratual, mas algo mais duradouro, uma admiração e uma amizade que o tempo só trataria de lapidar. Os textos que o então advogado Luís Roberto Barroso nos enviava tinham aquela qualidade rara que conjuga rigor e elegância, como se o romano Cícero resolvesse advogar nos trópicos. Eram peças que não apenas informavam, mas engrandeciam. E, diga-se, elevavam o nível deste informativo, tarefa nada trivial. Não por acaso, com as modestas armas de nossa tipografia, afora uma ousadia editorial, tratamos de, desde cedo, falar aos quatro ventos que o nome do professor era na época o melhor para o cargo de ministro do Supremo. A República, como de hábito, levou seu tempo: foram 11 anos até que a nomeação enfim viesse, coroando o que já parecia destino. Tivemos, assim, nossa

migalha de contribuição. Agora, mais de duas décadas depois, o ministro retorna às fileiras da advocacia, retomando o lugar que deixara ao vestir a toga. Quanto a nós, seguimos aqui, firmes, a re-renciá-lo como o jurista que foi, que é, e continuará sendo. Vida longa ao ministro. E, não esqueçamos (com a modéstia migalheira que nos é peculiar), vida longa também a este rotativo, que, entre uma migalha e outra, insiste em registrar a história ainda quente, e, vez por outra, antevê-la. Não afirmamos nada, longe de nós tal pretensão; mas há quem sustente, em sussurro quase supersticioso, que aparecer por estas páginas é, no mínimo, um bom augúrio. Afinal, como ensinaria o velho brocardo parafraseado: ubi Migalhas, ibi fortuna.

Novo Apoiador

Fundado pelo ex-presidente do STF Luís Roberto Barroso, pela ex-secretária-geral do STF, Aline Osorio, e pela advogada Luna van Brussel Barroso, LRB - Barroso & Osorio Soluções Jurídicas é um escritório altamente especializado, dedicado a fornecer soluções jurídicas customizadas e eficientes em casos de grande complexidade. LRB combina formação teórica de excelência, experiência institucional qualificada e compreensão estratégica do Direito. O escritório dedica-se especialmente à elaboração de pareceres jurídicos, à consultoria jurídica e à atuação contenciosa estratégica. Também possui expertise na solução consensual de grandes litígios e na estruturação e avaliação de programas de integridade e compliance anticorrupção. O modelo de atuação de LRB é personalizado e seletivo. Cada trabalho é conduzido com envolvimento direto de seus sócios, assegurando profundidade analítica e alto padrão de qualidade. e conheça o novo Apoiador do Migalhas.

Airbnb sob votação

Por maioria apertada (5 a 4), 2ª seção do STJ entendeu que locações frequentes via Airbnb em condomínios dependem de aprovação assemblear para não descaracterizar uso residencial. ()

Limites da execução

STJ decidiu que ausência de bens penhoráveis ou encerramento irregular da empresa não autorizam automaticamente a desconsideração da personalidade jurídica. ()

Teimosinha

1ª seção validou uso da "teimosinha" em execuções fiscais. ()

Negativa deve ser expressa

STJ definiu que, em obrigações sucessivas envolvendo a Fazenda Pública, a prescrição do fundo de direito depende de negativa expressa ao pedido do interessado. ()



Nilo Batista e Advogados Associados Nilo Batista e Advogados Associados

Garantia previdenciária

STJ afastou limites ao bloqueio do Fundo de Participação dos Municípios para pagamento de dívidas previdenciárias dos municípios. ()

Sentença coletiva

1ª seção afastou exigência de liquidação prévia em cumprimento de sentença coletiva de servidores. ()

Pensão por morte

Após divergências, 1ª seção adiou análise do Tema 1.341, que discute se filho maior inválido que recebe benefício previdenciário em nome próprio pode ter direito à pensão por morte dos genitores. ()

Parte ilegítima

STJ decidiu que sindicatos não têm legitimidade para ajuizar ação civil pública sobre diferenças de complementação do Fundef e Fundeb. ()

Cumprimento de pena

3ª seção fixou que, se o condenado cometer novo crime durante o livramento condicional sem suspensão ou revogação do benefício, a nova pena começa a ser cumprida após o fim do período de prova. ()

Progressão especial de regime

STJ discute se condenação por associação para o tráfico impede progressão especial de regime para gestantes e mães. Relator, ministro Sebastião Reis Jr. votou para afastar a equiparação entre associação para o tráfico e organização criminosa. ()



Nilson Leite Advogados Nilson Leite Advogados

Nervosismo

STJ começou a julgar se o simples nervosismo diante da polícia basta para justificar busca pessoal. Relator Schietti afirmou que suspeita genérica não autoriza revista e destacou o componente racial das abordagens. ()

Denúncia anônima basta?

3ª seção analisa validade de busca domiciliar baseada apenas em denúncia anônima, sem diligências prévias que confirmem suspeitas de crime. ()

Reforço

STJ abriu seleção para 30 juízes que atuarão, de forma temporária e remota, em auxílio às três seções da Corte. ()

Promessa é dívida

Justiça mandou a Reals Bet pagar R\$ 1 milhão a apostador vencedor da "roleta milionária". A alegada falha técnica, decidiu a Justiça, faz parte do risco do negócio. ()

Natal em chamadas

Intolerância religiosa travestida de moralidade terminou em condenação. Empresário envolvido no ataque com coquetéis molotov à sede do Porta dos Fundos foi condenado a 4 anos e 8 meses de prisão. ()

Guinness do amor?

Há quem colecionasse selos, carros ou obras de arte. Um empresário resolveu acumular matches: mais de 55 mil no Tinder. Quando tentou eternizar o feito no Guinness, veio o bloqueio. Agora, a Justiça mandou reativar o perfil e ainda fixou indenização por danos morais. ()



Nogueira do Vale - Sociedade de Advogados Nogueira do Vale -
Sociedade de Advogados

Tragédia

Juíza Mariana Francisco Ferreira, de 34 anos, do TJ/RS, morreu, na última quarta-feira, após complicações decorrentes de um procedimento de coleta de óvulos para fertilização in vitro realizado em Mogi das Cruzes/SP. ()

Deter gente

A presença de uma bactéria em produtos Ypê é um fato gravíssimo e deve ser enfrentado com máxima seriedade, pela potencial repercussão à saúde pública e pela confiança que o consumidor deposita nesse tipo de produto. Além da dimensão sanitária e da relevância do caso, a situação coloca o país em um constrangimento quase irônico: quem poderia imaginar que um produto de limpeza precisaria, ele próprio, passar por uma assepsia?

Semanário migalheiro

Confira as matérias mais lidas desta semana em Migalhas:

Advogado com câncer terminal promove "velório em vida" para amigos. () Governo sanciona lei que aumenta penas para furto, roubo e latrocínio. () Igreja devolverá R\$ 33 mil a fiel autista que doou para "afastar demônio". () Preso por quase 2 anos após alvará de soltura será indenizado em R\$ 100 mil no RJ. () STJ recebe denúncia contra desembargador do TJ/SP por venda de decisões. () Magistrados podem exercer função em entidade religiosa, decide CNJ. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

Tribunais de Contas em foco

Responsabilizar gestores públicos exige mais do que apontar quem ocupava o cargo mais alto. Ernesto Saboia de Figueiredo Junior examina como o TCU vem redefinindo os critérios de culpa no controle externo e limitando punições automáticas

pela simples posição hierárquica. ()



Nogueira, Haret, Melo e Maroli Advogados (NHM Advogados)
Nogueira, Haret, Melo e Maroli Advogados (NHM Advogados)

UMA Migalhas

Nem toda alienação societária é direta - e é justamente nas operações indiretas que o direito de preferência costuma gerar as maiores controvérsias. Irena Carneiro Martins analisa os desafios jurídicos do tema nas relações societárias. ()

Migalha Trabalhista

A estabilidade da gestante continua a provocar debates relevantes na Justiça do Trabalho. A partir de precedentes recentes do TST, Renata Zulma Alves do Vale Cardoso revisita os contornos da proteção à maternidade nas relações de emprego. ()

Minuto da Sustentação

Na advocacia, conteúdo sem comunicação pode custar caro. Eduardo Löwenhaupt da Cunha discute como a forma de falar - e de sustentar - influencia diretamente a credibilidade e o desempenho profissional. ()

Migalhas de peso

- "Fortuito Interno vs. Fortuito externo: Os limites da responsabilidade das instituições financeiras em casos de fraude", por Gabriel F. G. Cabral (Martorelli Advogados). ()

- "O ambiente de trabalho como espaço de neutralidade eleitoral: Uma análise do § 2º-A da resolução TSE 23.755/26", por Ruy Fonsatti Junior (Fonsatti Advogados Associados). ()

- "Carta aos estudantes de Direito que buscam uma advocacia de alta performance", por Stanley Martins Frasso (Homero Costa Advogados). ()

- "Entre a conformidade fiscal e a criatividade orçamentária: Os riscos concorrenciais do uso de créditos tributários em obras públicas", por Menndel Assunção Oliver Macedo (Menndel& Melo Advocaci-

a). ()

- "Pedidos divididos na LPI: Delimitação e temporalidade na jurisprudência do **INPI**", por Breno Alves Guimarães de Souza (Kaszner Leonardos | **Propriedade Intelectual**). ()



Nogués Moyano Advogados Nogués Moyano Advogados

- "Fraudes online e nexos causal: Por que as plataformas não respondem automaticamente", por Camila de Almeida Bastos de Moraes Rêgo e Mirella Victoria Omena Monteiro (Queiroz Cavalcanti Advocacia). ()

- "O Direito do Trabalho e suas implicações nas relações familiares", por Marcus Vinícius Cordeiro (IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros). ()

- "Como será feita a fiscalização do IBS?", por Janssen Murayama (Murayama, Affonso Ferreira e Mota Advogados). ()

- "As cores do tempo do trabalho", por Isabel Cristina de Medeiros Tormes (Rodrigues Jr. Advogados). ()

- "A proporcionalidade das penas na tutela da saúde pública acerca dos medicamentos", por Luiz Cezar Yara (Almeida Santos Advogados). ()

- "Mercado livre de energia em tensão: Há espaço para reequilíbrio contratual?", por Arthur Holanda (Buri, Tavares & Holanda Advogados). ()

- "Dignidade feminina: O TCU e a política de apoio às vítimas de violência doméstica da lei 14.133/21, uma luta de todas as pessoas, uma causa de toda a sociedade", por Giussepp Mendes (Pinheiro & Mendes Advogados). ()

- "Quem julgará o trabalho em São Paulo?", por Cyntia Santos Braga e Leocir Costa Rosa (SASP - Sindicato das Advogadas e Advogados do Estado de São Paulo). ()

Reforços

Battaglia & Pedrosa Advogados reforça equipe de Direito Médico e Hospitalar com a chegada de

Yasmin Rahal de Andrade e Hugo Mendonça. ()

Baú migalheiro

Há 597 anos, em 8 de maio de 1429, Joana d'Arc liderou as forças francesas na ruptura do cerco de Orléans, episódio decisivo da Guerra dos Cem Anos. A vitória fortaleceu o moral francês e marcou uma virada no conflito contra os ingleses, consolidando Joana d'Arc como símbolo de resistência e liderança militar na história da França. (Compartilhe)



Novaes, Plantulli e Manzoli - Sociedade de Advogados Novaes, Plantulli e Manzoli - Sociedade de Advogados

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Sorteio

Participe do sorteio da obra "Afinal, Monteiro Lobato era Racista?" (AGE Editora, 96p.), escrita por Marco Túlio De Rose (De Rose Advogados). A publicação revisita o pensamento de Monteiro Lobato. ()

Novidades

Brasil Salomão e Matthes Advocacia apresentou, dia 5/5, em evento realizado em Ribeirão Preto/SP, seu primeiro "Relatório ESG", consolidando um novo estágio de sua agenda institucional com a definição de metas públicas e mensuráveis nos pilares ambiental, social e de governança. () Vivacqua Advogados divulgou "Informativo Semanal" trazendo questões do Carf, da Receita Federal e do CMN. () Tauil & Chequer Advogados divulgou "Legal Update: Brazil Publishes Guidelines for the Access Seasons under the National Policy for Access to the Transmission System - PNAST". ()

Pinheiro Neto Advogados divulgou edição nº 9 do "Infraestrutura em foco" (); divulgou também o "Alerta: SPA/MF regulamenta bloqueio de usuários do Programa Novo Desenrola Brasil em plataformas de apostas". () Warde Advogados divulgou "Direito da Conformidade - Alerta de Compliance" sobre "ICC e CGU lançam guia para empresas sobre riscos associados ao crime organizado". ()

Migalhíssimas

Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados e presidente da OAB/RJ) profere a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Recuperação de Empresas" com o tema "Plano Alternativo de Credores", dia 11/5, às 11h, pelo canal do YouTube "Mentoria OABRJ", . Dia 12/5, às 9h, Pedro Marcos Nunes Barbosa, de Denis Borges Barbosa Advogados e professor do Instituto de Direito da PUC-Rio, palestrará sobre "Precedentes Vinculantes em **Propriedade Intelectual**", em evento online promovido pela Comissão de **Propriedade Intelectual** da OAB/SP. A palestra será transmitida ao vivo pelo canal do YouTube da OAB Cultural, . Ana Paula De Raeffray (Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados), vice-presidente do Instituto de Previdência Complementar e Saúde Suplementar, será uma das expositoras do "5º Seminário dos Fundos de Pensão e Patrocinadores Privados", que acontece em SP, dia 14/5. Mais informações e inscrições, . Dia 10/6, às 17h, Welber Barral (Barral, Parente e Pinheiro Advogados) participa, como palestrante, do evento "Reforma Tributária e os Desafios do Comércio Exterior: Drawback, Tradings e Competitividade Internacional". O evento é organizado pela Comissão de Comércio Exterior da OAB/SP. () Brasil Salomão e Matthes Advocacia lançou, dia 25/4, o "Torcida BS", iniciativa que transforma o clima da Copa em ferramenta de integração, engajamento e fortalecimento da cultura interna. () Viviane Kunisawa, da banca DANIEL, destaca que o Brasil já possuía um sistema de logística reversa para embalagens vazias de agrotóxicos antes mesmo da criação do Programa Nacional de Resíduos Sólidos. No "Daniel On Air", ela explica que o país foi pioneiro nesse modelo, hoje reconhecido internacionalmente como exemplo de sucesso. Episódio completo, . Carlos Roberto Siqueira Castro, de SiqueiraCastro, foi anunciado como vencedor do "Lifetime Achievement Award 2026", concedido pela "Latin Lawyer". O prêmio reconhece profissionais cuja trajetória representa contribuição excepcional e duradoura ao Direito e à sociedade.

Acesso à Justiça

Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos (ANADEP), em parceria com a ADPERJ, lança, hoje, no Rio de Janeiro, a campanha nacional "O acesso à justiça gratuita tem nome e endereço na Constituição: Defensoria Pública". A iniciativa destaca a Defensoria Pública como principal meio

de acesso gratuito à Justiça para pessoas em situação de vulnerabilidade. ()

"Sem Juízo"



IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros IAB - Instituto dos Advogados Brasileiros

Já está disponível o oitavo episódio do podcast "Sem Juízo", da M2 Comunicação Jurídica. O convidado desta edição é o delegado de polícia e presidente da ADPESP, André Santos Pereira, que aborda as disputas de narrativas na segurança pública. ()

Brasil/Portugal

IASP convida para o "I Seminário Luso-Brasileiro de Direito Imobiliário", nos dias 11 e 12/5, às 9h, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. O evento reunirá juristas, advogados e especialistas do Brasil e de Portugal para debater os principais desafios do setor imobiliário diante da crescente integração entre os dois mercados. ()

Parabéns!

A ganhadora da obra "Cadeados Mentais: a prisão nossa de cada dia" (Editora Appris/Artêra Editorial, 119p.), escrita por Fabiana Polli, é Amanda Vanessa de Oliveira, de Cariacica/ES. ()

Bom fim de semana!

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

CE/Chorozinho

CE/Nova Russas



IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo IASP - Instituto dos Advogados de São Paulo

CE/Paramoti

GO/Vianópolis

MG/Açucena

MG/Inhapim

PR/Cambará

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Global Tech's Rapid Rise Sparks Fears of Bubble"

The Washington Post - EUA

"Iran can endure blockade for months, CIA says"

Corriere della Sera - Itália



IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais IBCCRIM - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais

"Leone vede Rubio: dialogo e pace"

Clarín - Argentina

"Malestar en el milésimo por los reclamos de Bullrich sobre Adorni"

El País - Espanha

"España negocia contra reloj la repatriación con 22 países"

Público - Portugal

"Um terço das detenções por abuso sexual tem origem em denúncias das escolas"

Die Welt - Alemanha

"Knapp die Hälfte der Deutschen will ein Ende von Schwarz-Rot"

The Guardian - Inglaterra

"Criminals using photos on school websites to create abuse imagery"

O Estado de S. Paulo - São Paulo



IBDEPS - INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ECONÔMICO E
POLÍTICAS SOCIAIS IBDEPS - INSTITUTO BRASILEIRO DE
DIREITO ECONÔMICO E POLÍTICAS SOCIAIS

"Líder do Centrão, Ciro Nogueira é alvo de ação da
PF no caso Master"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"PF diz que Vercaro pagava mesada e viagens de
jatinho a Ciro Nogueira"

O Globo - Rio de Janeiro

"Ciro Nogueira recebia propina de R\$ 500 mil por
mês de Vercaro, diz PF"

O Estado de Minas - Minas Gerais

"Temos uma relação sincera"

Correio Braziliense - Brasília

"Ciro Nogueira tinha mesada de R\$ 500 mil do
Master, diz PF"

Zero Hora - Porto Alegre

"Lula vê avanços na negociação de taxas e afirma
que Trump não tratou de Pix nem de facções"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"PF afirma que Ciro Nogueira recebia propina de
Vercaro"

99Food indenizará iFood em R\$ 50 mil por publicidade depreciativa



A 99Food foi condenada a indenizar o iFood em R\$ 50 mil por danos morais, em razão da prática de concorrência desleal em campanhas publicitárias consideradas depreciativas. A empresa também deverá pagar indenização por danos materiais, a ser apurada em liquidação.

A sentença é do juiz de Direito André Salomon Tundisco, da 1ª vara Empresarial e de Conflitos de Arbitragem do Foro Central Cível de São Paulo/SP.

Além das indenizações, o magistrado determinou que a 99Food deixe de veicular as campanhas "Taxômetro" e "Respostas Bem Servidas", bem como quaisquer outras peças que reproduzam o mesmo conteúdo ou adotem estrutura equivalente de comparação depreciativa em relação ao iFood.

Na ação, o iFood sustentou que as peças publicitárias ultrapassavam os limites da publicidade comparativa lícita, ao fazerem referência direta à marca concorrente e associarem sua imagem a elementos depreciativos.

99Food deve indenizar iFood por publicidade depreciativa e parar de veicular conteúdo considerado como concorrência desleal. (Imagem: Adobe Stock | Reprodução)

Concorrência desleal

Ao analisar o caso, o juiz afirmou que a publicidade comparativa é admitida no Direito brasileiro, desde que observe critérios de veracidade, objetividade, possibilidade de comprovação e ausência de abusividade ou depreciação indevida.

No caso concreto, contudo, entendeu que as campanhas não se limitaram à apresentação objetiva de

características dos serviços ofertados, mas se valeram da notoriedade da marca concorrente para autopromoção.

Na campanha "Taxômetro", segundo a sentença, a 99Food utilizou cores e expressões que remetiam ao iFood, além de comparar taxas cobradas pela plataforma.

O magistrado observou que a ré não apresentou elementos objetivos equivalentes sobre seus próprios serviços, o que impediria uma comparação efetiva e verificável pelo consumidor.

Já a campanha "Respostas Bem Servidas" consistia na utilização, em meios físicos de publicidade, de interações em redes sociais com comentários negativos dirigidos ao iFood. Para o juiz, a estratégia se afastou da comparação informativa e passou a explorar conteúdo depreciativo contra a concorrente.

Violação à legislação consumerista

Na fundamentação, o magistrado citou o art. 36 do CDC, segundo o qual a publicidade deve ser veiculada de forma que o consumidor a identifique fácil e imediatamente como tal.

O dispositivo ainda prevê que o fornecedor deve manter, para informação dos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem publicitária.

Regulamentação publicitária

Sob a ótica da autorregulamentação publicitária, o juiz mencionou o art. 32 do código brasileiro de autorregulamentação publicitária, que admite a publicidade comparativa, desde que observados limites compatíveis com a proteção do consumidor e da concorrência leal.

Entre esses parâmetros, estão a necessidade de que a comparação tenha objetivo de esclarecimento, seja pautada pela objetividade, funde-se em dados passíveis de comprovação, não caracterize concorrência desleal ou depreciação da imagem de produto ou marca de outra empresa e não utilize injustificadamente a imagem corporativa ou o prestígio de terceiros.

Para o magistrado, a ausência de elementos objetivos suficientes para sustentar a comparação, especialmente quanto aos parâmetros dos serviços da própria 99Food, comprometeu a regularidade da publicidade comparativa.

"A mensagem publicitária não forneceu ao consumidor base adequada para avaliação racional entre os serviços concorrentes, servindo, antes, como instrumento de desqualificação da Autora e de promoção indireta da Ré", afirmou.

Afronta à LPI

O juiz também ressaltou que a posição de destaque ocupada pelo iFood no mercado não autoriza concorrentes a se utilizarem da notoriedade e do sucesso empresarial da marca para promoção própria.

"Não se nega que a Autora ocupe posição de destaque no mercado em que atua. Tal circunstância, contudo, não autoriza que agentes econômicos concorrentes se utilizem indevidamente da notoriedade e do sucesso empresarial alheio para promoção própria, em verdadeiro aproveitamento parasitário (free riding). A liberdade concorrencial não legitima o uso da marca e da reputação de concorrente como instrumento de depreciação e captação oportunista de clientela."

Assim, reconheceu a prática de concorrência desleal com fundamento na LPI - lei de **propriedade de industrial** (lei 9.279/96).

O magistrado citou os arts. 207, 208 e 209 da norma, que asseguram ao prejudicado a possibilidade de ajuizar ações cíveis cabíveis e de obter indenização pelos benefícios que teria auferido se a violação não tivesse ocorrido, além de perdas e danos por atos de concorrência desleal que prejudiquem a reputação ou os negócios alheios.

Indenização e supressão das campanhas

Ao final, o juiz concluiu ser cabível a condenação da 99Food ao pagamento de indenização por danos materiais e morais, destacando que, uma vez reconhecida a prática de concorrência desleal, os prejuízos dela decorrentes são presumidos.

Além da obrigação de não veicular as campanhas, a 99Food foi condenada ao pagamento de R\$ 50 mil por danos morais, com correção monetária e juros.

A empresa também deverá indenizar o iFood por danos materiais, na modalidade de lucros cessantes, em valor a ser apurado em liquidação de sentença, conforme o critério mais favorável à parte autora.

O juízo ainda extinguiu, sem resolução de mérito, a reconvenção apresentada pela 99Food.

Na reconvenção, a empresa alegava abuso de posição dominante pelo iFood, com supostas práticas anticoncorrenciais. Para o magistrado, porém, os pedidos reconventionais não tinham conexão objetiva com a ação principal, que se limitava à análise das campanhas publicitárias impugnadas.

Manifestação

Em nota, o iFood reafirmou o "compromisso com a concorrência leal, ética e baseada em informações verdadeiras e verificáveis".

Pontuou que "a empresa acredita que a competição saudável beneficia consumidores, restaurantes e entregadores - e que práticas que distorcem a realidade para prejudicar concorrentes vão de encontro a esse princípio".

Para o iFood, a decisão judicial reforça que a publicidade comparativa tem limites claros na lei nacional, e não pode ser usada de forma irresponsável.

Processo: 1108934-55.2025.8.26.0100

Veja a sentença.

'Tensão' sobre tarifas e surpresa em terras raras: os bastidores da reunião entre Lula e Trump na Casa Branca



Para o governo brasileiro, reunião atingiu ao menos um dos seus objetivos: ganhar tempo e evitar imposição de novas tarifas sobre produtos do país a meses das eleições presidenciais.

A reunião entre os presidentes dos EUA, Donald Trump, e do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) atingiu, na avaliação do governo brasileiro, ao menos um dos seus objetivos principais: ganhar tempo e evitar a imposição de novas tarifas sobre produtos do país a pouco mais de cinco meses das eleições presidenciais.

Essa crença foi expressada por assessores do presidente Lula após o encontro.

Apesar de boa parte das tarifas impostas por Trump a produtos brasileiros a partir de julho do ano passado ter sido retirada ao longo dos últimos meses, o Brasil é alvo de duas investigações com base na chamada seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, que investiga supostas práticas comerciais irregulares do país.

Uma delas tem prazo para terminar em julho e, em tese, poderia servir de base para mais tarifas norte-americanas até mesmo antes desse tempo.

Mas, segundo o governo brasileiro, os dois presidentes determinaram a criação de um grupo de trabalho para discutir a questão tarifária com um primeiro prazo de conclusão em 30 dias. Com isso, o

governo brasileiro entende que ganhou pelo menos um mês com a garantia de que novas tarifas não serão aplicadas.

Interlocutores do presidente familiarizados com o teor da reunião afirmam que a questão tarifária foi, de fato, o único ponto em que houve alguma discordância entre as duas equipes técnicas que acompanharam os dois presidentes.

De acordo com eles, o representante-geral de Comércio dos Estados Unidos, Jamieson Greer, teria sido o responsável por "tensionar" parte da reunião, defendendo que a tarifa média brasileira sobre produtos importados dos Estados Unidos ainda estaria em níveis elevados, o que justificaria a aplicação de tarifas a exportações brasileiras.

Segundo um assessor do presidente Lula ouvido pela BBC News Brasil em caráter reservado, Greer teria atuado como o "policial mau", responsável por colocar pressão nas negociações.

Segundo ele, esse comportamento de Greer já era esperado pela equipe brasileira uma vez que o oficial norte-americano é um notório defensor da política de tarifas. Sua atuação, no entanto, segundo a delegação brasileira, teria sido parcialmente contornada pela postura de Trump ao longo do encontro, que acatou a proposta brasileira de criar o grupo de trabalho para debater o tema.

A equipe econômica brasileira, liderada pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e pelo ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, entrevistaram pontuando que o Brasil teria um déficit de pelo menos US\$ 20 bilhões na balança comercial com os Estados Unidos nos últimos anos.

Nos cálculos dos próprios norte-americanos, segundo Rosa, esse déficit seria ainda maior: US\$ 30 bilhões.

De acordo com o governo, os dados mostrariam que não haveria razões para os EUA sancionar um país com quem eles têm saldo positivo na sua balança comercial.

O que é a Seção 301O governo dos Estados Unidos abriu uma investigação comercial contra o Brasil com base na chamada Seção 301 da Lei de Comércio de 1974, um instrumento legal que permite a Washington apurar práticas estrangeiras consideradas injustas ou discriminatórias contra empresas e produtos americanos.

O procedimento, conduzido pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR), pode resultar em medidas de retaliação, como a imposição de tarifas adicionais sobre exportações brasileiras.

A investigação envolve um amplo conjunto de temas. Entre eles estão políticas brasileiras ligadas ao comércio digital, ao sistema Pix, regras de proteção de dados, **propriedade intelectual**, acesso do etanol americano ao mercado brasileiro, às tarifas preferenciais concedidas a outros parceiros comerciais, ao combate à corrupção e ao desmatamento ilegal.

Na avaliação do governo americano, essas práticas podem criar barreiras ou distorções que prejudicam a competitividade de empresas dos EUA no Brasil.

A Seção 301 autoriza o governo americano a investigar, de forma unilateral, atos, políticas ou práticas de outros países que "onerem ou restrinjam" o comércio dos Estados Unidos.

Se o USTR concluir que houve prejuízo e que as medidas estrangeiras são "injustificáveis" ou "irracionais", a lei permite a adoção de medidas de retaliação, como tarifas, restrições comerciais ou a suspensão de benefícios.

O instrumento ganhou notoriedade nos últimos anos por ter embasado o "tarifaço" imposto pelos EUA à China durante o primeiro mandato de Donald Trump.

No caso brasileiro, a abertura do processo ocorre em um contexto de maior tensão política e comercial entre os dois países.

Além das críticas de setores empresariais americanos, a iniciativa também reflete uma estratégia do governo dos EUA de buscar bases legais mais robustas para ações comerciais, após decisões judiciais internas terem limitado o uso de outros mecanismos tarifários.

O governo brasileiro contesta a investigação e afirma que suas políticas são transparentes, não dis-

criminatórias e compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O Itamaraty argumenta ainda que a Seção 301 é um instrumento unilateral, incompatível com o sistema multilateral de solução de controvérsias, e lembra que os EUA mantêm superávit comercial na relação bilateral.

A apuração segue um rito formal, com consultas entre os governos, audiências públicas e coleta de contribuições de empresas e entidades interessadas. O processo pode se estender por cerca de um ano.

Até sua conclusão, o principal impacto tende a ser a incerteza para exportadores e investidores, diante do risco de novas barreiras comerciais impostas pelos Estados Unidos.

Surpresa: terras rarasUm dos pontos que mais chamou atenção da equipe brasileira foi a postura de Trump e sua equipe em relação a minerais críticos.

Segundo integrantes da comitiva do presidente, Trump demonstrou um interesse mediano pelo assunto, o que contrastou com a expectativa de que este fosse um assunto que dominaria, pela lado norte-americano, parte do debate.

Nos últimos meses, técnicos brasileiros e norte-americanos vinham mantendo reuniões sobre o assunto e uma proposta chegou a ser enviada pelos EUA a respeito do assunto.

Desde o início do governo Trump, o governo dos EUA vem tentando diminuir a dependência do país em relação à China no acesso a minerais críticos como as terras raras, usadas na produção de equipamentos para a transição energética e de produtos de alta tecnologia como telefones celulares, computadores e armamentos.

Neste contexto, o Brasil é visto como um potencial parceiro, pois o país detém a segunda maior reserva conhecida de terras raras do mundo, atrás apenas da China. Em março, o governo dos EUA promoveu um fórum sobre minerais críticos envolvendo empresários brasileiros e norte-americanos, além de ter firmado um protocolo de intenções com o governo de Goiás relacionado à pesquisa e exploração desses minerais.

Por tudo isso, a equipe brasileira preparou documentos para atualizar os norte-americanos sobre o andamento do marco legal para a exploração desse

material no Brasil.

Nesta semana, por exemplo, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), que estabelece os primeiros parâmetros legais do Brasil sobre o tema.

Para o Brasil, a criação da política, que deve ser chancelada pelo Senado nos próximos dias, é vendido como um trunfo aos norte-americanos. Em entrevista coletiva, o presidente Lula disse que o Brasil está aberto a investimentos dos EUA no setor desde que não se limitem a explorar os minerais e a exportá-los apenas como matéria-prima. O governo quer que os investimentos priorizem o benefício deles em território nacional.

Apesar disso, nenhum acordo sobre o assunto foi assinado pelas duas delegações.

A avaliação da equipe brasileira é de que a postura de Trump sobre o assunto durante a reunião possa ser resultado do fato de que, na prática, os norte-americanos já estejam avançando com seus projetos de extração de minerais críticos no Brasil a exemplo da compra de uma mineradora de terras raras em Goiás por uma empresa dos EUA, divulgada em abril.

Crime organizado Um dos pontos que era tido como prioridade do governo brasileiro foi a pauta do combate ao crime organizado e a tentativa de evitar que os EUA classificassem as facções criminosas brasileiras como Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas internacionais.

Segundo Lula e um interlocutor familiarizado com o teor da reunião, a possível designação das facções brasileiras não foi debatida na reunião.

"Não discutimos isso. O que eu queria dizer eu entreguei por escrito. Cada assunto que eu discuti com o presidente Trump, além dos ministros falarem, eu entreguei a ele cada proposta nossa escrita em inglês. Pra que ele não ter dúvida sobre o que nós queremos, porque estamos levando muito a sério essa questão do crime organizado", disse Lula.

A intenção de designar as facções brasileiras como organizações terroristas havia sido expressa pelos EUA no início do ano, fazendo com que o governo

brasileiro mobilizasse sua diplomacia para convencer os governo norte-americano a recuar pelo menos de forma temporária.

O governo alega que é contra essa ideia porque ela abriria brechas para ações militares, policiais e de inteligência norte-americanas em território nacional a exemplo do que acontece em outras regiões do mundo como na costa do Caribe, no Oriente Médio e na costa do Oceano Pacífico.

Durante o almoço entre as duas delegações nesta quinta-feira, o Brasil entregou uma nova proposta de cooperação internacional para o combate ao crime organizado focado em dois eixos: o combate à lavagem de dinheiro que financia organizações criminosas; e o tráfico de armas.

A proposta, segundo interlocutores brasileiros, vai ser analisada pelo governo norte-americano, mas ainda não há prazo para que uma resposta seja dada.

Lula chegou a dizer que na entrevista coletiva que uma das ações previstas seria a criação uma espécie de grupo internacional com países da América Latina e de outras regiões para atuação em conjunto contra carteis e outras organizações criminosas. Ele citou o exemplo de um centro montado em Manaus que reúne representantes de polícias e forças de segurança de todos os países da região amazônica.

"Eu disse a ele que estamos dispostos a construir um grupo de trabalho com todos os países da América Latina e quiçá, com todos os países do mundo, para criarmos um grupo forte de combate ao crime organizado", disse Lula.

Luiz Inácio Lula da Silva

Índice remissivo de assuntos

Marco regulatório INPI	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10
Propriedade Industrial	1,2,11,12
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,13,14,15